

Hierarquia, riqueza e autoridade nos quadros do Império Lusitano: uma análise do perfil econômico dos oficiais de Ordenanças nas Minas setecentista

Ana Paula Pereira Costa¹

Resumo

O trabalho objetiva abordar o perfil econômico dos oficiais de alta patente das Companhias de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica entre os anos de 1735-1777. Estaremos, pois, analisando o processo de estruturação e reprodução deste grupo social privilegiado nos atentando para os mecanismos utilizados por eles para que conseguissem alcançar e permanecer em suas condições de oficiais e, desta forma, conseguir legitimar e maximizar sua autoridade nas conquistas.

Palavras-chave

Corpos de Ordenanças, riqueza, autoridade

Abstract

This article analyses the economic profile of the graduated officers of the “Companhias de Ordenanças” in Vila Rica in 1735-1777. Then the paper analyses the process of the reproduction and structuration of this privileged social group and also evaluate the mechanisms utilized by them to stay as officers and, thus, legitimate and maximize their authority in conquests.

Keywords

Corpos de Ordenanças, wealth, authority

Sob a ótica das novas visões acerca do Império Luso, o tema da hierarquia sócio-econômica na América Portuguesa vem sendo palco de muitas investigações. Considera-se que tal sociedade fora construída sob a égide de mudanças sociais e nas suas formas de acumulação de riqueza². O caso da capitania de Minas Gerais, e as transformações aí ocorridas ao longo do século XVIII pode ser um bom exemplo para visualizarmos as premissas colocadas acima.

Internamente esta capitania sofreu um rearranjo em sua atividade econômica principal a partir da segunda metade dos setecentos. Com a crise na produção aurífera, a tendência à diversificação econômica presente desde os primórdios da ocupação foi se aguçando e os produtos agropecuários passaram a desempenhar papel preponderante na economia de Minas, anteriormente ocupado pelo ouro.

A partir deste rearranjo interno, ocorreu também uma alteração no peso das quatro comarcas da capitania tanto em termos da proporção da

população nelas residente, quanto em relação à arrecadação que eram capazes de gerar para a administração colonial. A região de Vila Rica, econômica e politicamente dominante até o terceiro quartel do século XVIII, aos poucos vai cedendo lugar para a comarca do Rio das Mortes que passaria a concentrar a maior parte da população livre, da mão-de-obra escrava e da geração de recursos³.

A reboque destas mudanças econômicas vinham ocorrendo transformações sociais ao longo do século XVIII. Constituiu-se uma estratificação social mais complexa com a chegada de imigrantes portugueses, de escravos africanos, e com a multiplicação de forros. Estabeleceu-se também uma maior organização social a partir do governo de Gomes Freire de Andrade (1735-1763) no qual ocorreria na capitania um maior desdobramento na urbanização; definição mais pormenorizada do aparelho judicial; efetivação do poder eclesiástico com a criação do Bispado de Mariana⁴; instalação das Intendências do Ouro nas comarcas dedicadas à mineração e do imposto da capitação⁵; modificação do regimento militar com a criação de quatro regimentos de cavalaria de Ordenança por comarca⁶. Em síntese, tem-se a partir do governo de Gomes Freire uma série de medidas elucidativas que contribuem para um maior controle administrativo das Minas Gerais por parte da metrópole.

Todavia, apesar das transformações elucidadas, a hierarquização socioeconômica permaneceu ao longo de todo o século. Esta deve ser entendida sob o prisma daquilo que João Fragoso denominou de Antigo Regime nos trópicos, ou seja, a partir de critérios que levem em conta as relações sociais em seus vários ângulos ficando as variadas instâncias – culturais, econômicas, políticas – intimamente interligadas. Nesta perspectiva, entendemos que os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”, e neste ambiente o cabedal (riqueza material) era visto como meio para sustentar esta “qualidade”⁷.

Nos trópicos, conforme destacou João Fragoso, a elite que dirigia a sociedade colonial consistia em uma “nobreza” diferente da européia. Não descendiam das melhores casas aristocráticas portuguesas, não viviam de rendas dadas por um campesinato ou pelo rei, nem tampouco seus afazeres se resumiam unicamente à guerra ou à administração da “coisa pública”, como no Velho Mundo. Muitos membros desta elite envolviam-se em atividades mercantis e com o trabalho não sendo isso um elemento que diminuía sua “qualidade”, pelo contrário, serviam para mantê-la. Em se tratando de uma sociedade de Antigo Regime o poder político e de mando, o prestígio e o *status* vinham em primeiro lugar em termos de definição dos papéis sociais, entretanto não se desconsidera que o enriquecimento influía nos contornos da hierarquia social⁸.

Por todos os motivos expostos, procuraremos no presente texto definir o perfil e a inserção econômica de alguns oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica no período de 1735 a 1777, para os quais foi possível encontrar inventários *post-mortem*⁹. Em última instância estaremos analisando o processo de estruturação e reprodução deste grupo social privilegiado, atentando para os mecanismos utilizados por eles para que conseguissem alcançar e permanecer em suas condições de oficiais e, desta forma, conseguir legitimar e maximizar sua autoridade nas *conquistas*.

Objetivaremos identificar as atividades produtivas nas quais estavam envolvidos, bem como observar seu padrão de vida e como a riqueza se distribuía entre os diversos ativos que compunham suas fortunas (bens imóveis, escravos, dívidas, etc.). Além disso, procuraremos visualizar o *locus* desta parcela de oficiais analisados na hierarquia socioeconômica, agrupando os inventários em faixas de fortunas para entendermos o nível de concentração da economia.

No gerenciamento das práticas econômicas do grupo aqui enfocado estaremos destacando os recursos e estratégias utilizadas por eles na tentativa de maximizar ganhos e assim sobreviverem e adaptar-se ao mundo colonial. A partir do resgate das estratégias individuais e de grupo é possível compreender como toda uma gama de possibilidades de ação autônoma se configura e produz a possibilidade de mudança, entendendo-se assim o tecido social como algo construído a partir da interação contínua entre diversas pessoas e grupos que se lançam ativamente a cada momento em busca de objetivos diferentes e articulando diversas formas de ação¹⁰.

Entendemos que estes oficiais buscavam melhorar a posição detida no interior da configuração social em que se inseriam pela adoção de certos recursos e estratégias a fim de aumentar seu prestígio e autoridade, sendo isso o valor norteador de suas ações, pois o exercício de autoridade do oficialato dependia do reconhecimento social desta autoridade, ou seja, para serem reconhecidos como um grupo de “qualidade superior” necessitavam do “consentimento” da sociedade¹¹.

Para visualizarmos a inserção econômica dos oficiais de Ordenanças na comarca de Vila Rica, o primeiro passo será a apreensão do perfil mais amplo da economia mineira. Carla Almeida, trabalhando com inventários *post-mortem*, destaca que a estrutura econômica dessa região era caracterizada pela pequena circulação monetária (o que pode ser constatado pela ínfima presença da variável moeda no patrimônio dos mineiros), fortes mecanismos de acumulação mercantil (visualizados principalmente pelo alto percentual de dívidas ativas entre os inventariados) e prática produtiva extensiva (evidenciado pela pequena participação dos instrumentos de tra-

balho na composição das fortunas dos mineiros, aliada à grande importância dos bens imóveis e escravos indicando uma economia muito mais dependente de constantes incorporações de terra e mão-de-obra para seu funcionamento do que do aprimoramento técnico)¹². Comparando com nossa amostragem, verificamos que o perfil de acumulação e de investimentos da parcela de oficiais de Ordenanças que estamos analisando se adequa ao perfil estrutural da economia mineira. Senão vejamos:

Tabela 1
Composição da riqueza, em libras, nos inventários dos oficiais de Ordenanças da Comarca de Vila Rica por períodos – 1750-1822¹³

Setor/atividade	CVR	
	1750-1779	1780-1822
Escravos	29,15%	25,88%
Bens rurais	9,15%	47,83%
Dívidas ativas	41%	7,97%
Prédios urbanos	8,86%	6,64%
Jóias e Metais preciosos	1,41%	1%
Moeda	3,41%	-
Outros*	7,57%	5,26%
Monte-bruto	21.428,209	15.028,099

*Nesta variável incluem-se objetos como roupas, móveis, utensílios domésticos e objetos de uso pessoal e de decoração.

Obs.: Foram levantados 9 inventários para o primeiro período e 9 para o segundo. Foram eliminados desta tabela os inventários para os quais só foi possível considerar o monte-mor.

Fonte: Inventários *post-mortem* da Casa Setecentista de Mariana e da Casa do Pilar de Ouro Preto. Para todos os inventários anteriores a 1810, convertemos o mil-réis para libras esterlinas a partir de BUESCU, Mircea. **300 anos de inflação**. Rio de Janeiro: APEC, 1973. p.50-51. Em apenas dois casos fizemos a conversão para libras esterlinas com base na tabela de flutuações cambiais do livro de MATTOSO, Kátia de Q. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 254, visto que a partir da data acima citada o mil-réis começou a se desvalorizar crescentemente.

A constatação de uma ínfima presença de moedas, jóias e metais preciosos no patrimônio destes oficiais aponta para uma economia com frágil circulação monetária e baixa liquidez. Tais características não eram exclusivas da capitania de Minas Gerais estando também presentes em outras áreas da América Portuguesa como o Rio de Janeiro¹⁴.

Constatamos que os bens mais importantes no patrimônio desta pequena parcela de oficiais eram os escravos, os imóveis e as dívidas ativas ocorrendo; entretanto, variação significativa no peso de cada uma destas variáveis na composição das fortunas ao longo dos dois períodos enfocados. O investimento em escravos por parte destes ofi-

ciais era significativo, pois era um investimento possível e acessível às suas fortunas, além de reiterar a diferenciação socioeconômica entre uma elite e outros homens livres. Percebemos que entre as maiores fortunas predominavam plantéis expressivos. 25% da parcela de oficiais aqui enfocados possuíam mais de 30 escravos, 35% possuía de 10 a 30 escravos. O número de oficiais com plantéis menores de 10 escravos chegava a 35%. Ressalte-se que no conjunto apenas 1 (5%) destes oficiais inventariados não possuíam nenhum escravo denotando que boa parte destes homens revertiam parte de seus investimentos na compra dos mesmos, principalmente aqueles com fortunas acima de 2000 libras. Os dados também mostram o quanto era alta a concentração de escravos em poucas mãos, fato já amplamente relatado pela historiografia sobre Minas¹⁵.

Contudo, nota-se que no decorrer do 1º para o 2º período há uma leve oscilação desta variável entre os bens arrolados. Isto talvez indique que aos oficiais inventariados apresentaram-se outras opções de investimentos, onde muitos podiam deslocar seus recursos para outros tipos de negócios. De fato, pela tabela acima, percebemos um acentuado aumento dos bens rurais (terra, animais, instrumentos de trabalho, imóveis localizados em áreas rurais) entre os valores arrolados, e como em Minas o setor rural era também responsável por boa parte da geração de riqueza¹⁶, ao que parece, estes homens não se abstiveram de investir em tal setor. Pelo inventário do capitão-mor José da Silva Pontes, por exemplo, constatamos que este oficial fez ao longo de sua vida grandes investimentos em bens rurais, possuindo assim 3 sítios, 1 fazenda, várias datas de terras minerais, 1 serviço de lavra, roças com milho e feijão plantados, além de vários animais cujo total somava 6:069\$475¹⁷.

Não obstante, nos ativos que compunham o patrimônio destes oficiais presentes na comarca de Vila Rica, as atividades creditícias também tinham papel de destaque, o que pode ser visualizado pelo alto percentual de dívidas ativas em suas riquezas. Mesmo considerando uma significativa variação deste setor nos dois períodos, nota-se que era alto o grau de cadeias de financiamento nas quais estes oficiais se envolviam na economia mineira. Através deste sistema tais indivíduos investiam em diversos setores e comandavam vastas redes de créditos. O envolvimento nestas redes creditícias deve ser analisado como um recurso utilizado por estes oficiais para maximizarem ganhos, não só econômicos, mas também políticos, pois a cadeia de endividamento estabelecida por estes homens significava uma relação de subordinação entre os diversos agentes nela envolvidos, formando-se assim redes de poder, onde o crédito

aparecia como elemento fundamental de hierarquização no seio deste oficialato, ou seja, era um valioso instrumento de estabelecimento ou consolidação de relações sociais¹⁸. As redes de poder não pressupunham somente relações políticas. Pelo contrário, antes de estruturar a política tais redes organizavam o tecido social, além de interesses econômicos, visto que, em sociedades típicas de Antigo Regime, a economia estava intrinsecamente ligada à política, sendo mesmo regida por ela¹⁹. Deve-se considerar, pois, que a tentativa de consolidar posições de mando também guiavam as práticas econômicas nesta sociedade. O endividamento era um padrão geral da sociedade mineira e até de outras localidades do centro-sul da América, sendo também, segundo J. Frago e M. Florentino, um indicativo da precária liquidez do mercado e sociedade coloniais²⁰.

Outra variável que obteve destaque entre os bens arrolados refere-se a prédios urbanos, apesar destes terem um valor menor frente às propriedades rurais. No entanto, os investimentos em imóveis urbanos eram efetivados sobretudo pelos mais “pobres” destes oficiais, ou seja, indivíduos com fortunas abaixo de 500 libras, que tinham como parte substancial de seus patrimônios a posse de casas em algum lugar da cidade. Por exemplo, o capitão João Favacho Roubão, o segundo oficial mais “pobre” de nossa amostragem, possuía como imóvel apenas *“uma morada de casas térreas cobertas de telhas com seu quintal sitas no arraial do Inficionado”* que juntamente com um plantel de 5 escravos, contabilizado em 225\$000 e 1 dívida ativa no valor de 406\$189 constituía-se num dos bens de maior valor da riqueza deste oficial²¹.

Alguns bens móveis que entraram na contabilização como jóias, roupas, móveis de jacarandá, apetrechos de uso doméstico e decoração (entrando nesta classificação talheres de prata, louças da Índia e do Porto, pinturas, etc.) revelam que estes oficiais valorizavam e investiam em objetos que lhes garantisse o seu “bom tratamento”. As próprias “condições” dos dois termos que compunham a comarca de Vila Rica contribuía para isso: Ouro Preto era capital das Minas Gerais e abrigava as autoridades mais importantes da capitania; Mariana por ser sede do Bispado concentrava um grande contingente de letrados, ocupados tanto em atividades eclesiásticas quanto em cargos administrativos. Os ocupantes de tais cargos tendiam a ser pessoas mais qualificadas e mais habituadas ao “bom tratamento”²². Segundo Laura de Mello e Sousa, para os homens afortunados das Minas Gerais, o luxo cumpria uma função social específica: a de sinal distintivo do *status* social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando²³.

Acreditamos que os oficiais utilizaram-se de todos os mecanismos possíveis para manter-se enquanto autoridade; e se o luxo e a ostentação eram socialmente reconhecidos pelos povos (negros, mulatos, cabras, mestiços, índios, forros, homens brancos livres e pobres) como um recurso legitimador do poder deste oficialato, estes souberam muito bem utilizá-lo. As roupas, jóias, móveis serviam para ostentar sua condição social, para se distinguirem dos homens comuns e da massa escrava. A sociedade mineira, mesmo com a possibilidade de enriquecimento trazida pelo ouro, era uma sociedade assentada na nobiliarquia, no reconhecimento social, no prestígio exteriorizado. Daí serem o luxo, a pompa, a vida suntuosa elementos essenciais na consolidação de uma boa reputação, pois numa sociedade de Antigo Regime a forma como se era visto era imprescindível para a determinação de sua posição e distinção como elite. Para isso, a prática da etiqueta, ou seja, o conjunto de normas de conduta, tornava-se fundamental na promoção de prestígio e distinção em função do reconhecimento do indivíduo pelos demais. A exteriorização da ostentação, do luxo e da riqueza por meio das vestimentas e insígnias demarcava o espaço social ocupado, conferindo *status* e prestígio ao indivíduo, os quais refletiam não só em seu reconhecimento e distinção, como também na amplitude de seu poder político. Vejamos um exemplo. O capitão de Ordenança de Pé do distrito da Gama, Tomé Soares de Brito, ao solicitar confirmação da dita patente, argumentava que *“serviu em vários ofícios sempre com boa nota e reputação sendo continuamente chamado para várias diligências, além de ser homem abundante de bens vivendo nobremente”*²⁴. De fato, ao analisarmos seu inventário aberto em 1804 na Freguesia de São Caetano por seu filho José Soares de Brito, constatamos ser Tomé Soares de Brito um homem muito rico. Foi casado com Isidora Maria do Espírito Santo com a qual tivera dois filhos: o já mencionado José Soares de Brito, padre, e Tomé Soares de Brito, alferes. O defunto deixara como herança para sua família um patrimônio composto por terras de cultura na paragem do Piranga, uma fazenda, dívidas ativas, vários animais e um plantel de dezesseis escravos; além de vários utensílios que evidenciavam sua distinção social como objetos de ouro e prata, louças da Índia e do Porto, móveis de jacarandá e vestimentas de seda e linho cuja soma total do monte-mor chegava à quantia de 12:025\$500²⁵. Pelos dados expostos pode-se dizer que Tomé Soares de Brito foi homem possuidor de grande cabedal econômico e prestígio político, sendo aquele, aliás, usado em sua argumentação na tentativa de adquirir mais mercês e assim maximizar seu poder de mando.

A partir de agora estaremos analisando o *locus* socioeconômico da parcela de oficiais de Ordenanças aqui enfocados a partir da compreensão da distribuição da riqueza gerada. Para tanto elaboramos uma hierarquia de fortunas a partir dos dados dos inventários *post-mortem* e assim estimar o nível de concentração da economia. Senão vejamos:

Tabela 2
Distribuição da riqueza entre os oficiais de Ordenanças da comarca de Vila Rica por faixas e período – 1750-1822

Faixas de fortuna em libras	CVR			
	1750-1779		1780-1822	
	A	B	A	B
1-200	0	0	1	142,310
%	0	0	9,09	0,73
201-500	1	323,359	2	559,785
%	9,09	0,73	18,18	2,89
501-1000	1	932,236	2	1.589,455
%	9,09	2,12	18,18	8,22
1001-2000	5	8.229,153	3	4.868,231
%	45,45	18,78	27,27	25,19
2001-5000	2	6.530,432	3	12.304,967
%	18,18	14,90	27,27	63,68
+ de 5000	2	27.789,833	0	0
%	18,18	63,43	0	0
Total	11	43.805,013	11	19.322,438

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM e CPOP. A: N° e % dos inventários da faixa; B: Valor dos inventários da faixa.

As duas primeiras faixas de fortuna englobam o que chamaremos de pequenos proprietários, ou seja, indivíduos com fortunas avaliadas em até 500 libras. Os indivíduos possuidores de um patrimônio que oscilava entre 501 a 2000 libras chamaremos de médios proprietários. Estaremos denominando de grandes proprietários àqueles possuidores de fortunas acima de 2000 libras.

Pela tabela acima verificamos que era pequena a presença de fortunas acima de 5.000 libras entre estes homens, apenas 2 oficiais que, entretanto, detinham 44% do total da riqueza, para os dois períodos, em suas mãos. A maior parte das fortunas ficavam concentradas nas 2 faixas intermédias que englobam 501-2000 libras, consta-

tando-se assim que os oficiais inventariados eram em sua maioria médios proprietários, apesar de haver também um número razoável de oficiais concentrados nas duas maiores faixas de fortuna. Através das faixas é possível perceber que era significativa a diferenciação econômica entre esta pequena parcela analisada. A historiografia acerca da região mineradora já ressaltara que esta era uma sociedade onde havia poucos homens muito ricos e muitos homens muito pobres contrariando a idéia de opulência gerada pelo ouro entre os habitantes da referida capitania²⁶.

Por seu turno pode-se sugerir que os oficiais não eram um verdadeiro grupo social, isto é, não eram um grupo uniforme e homogêneo, o que os dados da tabela acima corroboram mediante identificação de diferenças de riqueza e, conseqüentemente, de *status*, entre eles. Do ponto de vista da análise sociológica, este é um aspecto a sublinhar: os indivíduos que integravam a esfera militar não tinham todos a mesma origem social e este fato reflete-se nas fronteiras que demarcam a separação entre o grupo de oficiais e o resto da população. Vejamos dois exemplos que demonstram bem esta disparidade de *status*, de reputação e de riqueza entre os oficiais analisados. Antônio da Costa Guimarães era casado, sem filhos, morreu em 1816 deixando testamento em que dizia ser natural de Braga. Era morador no arraial de Antônio Pereira em Mariana sendo o oficial com menor patrimônio em nossa amostragem. Durante sua vida não ocupara nenhum cargo administrativo, não ganhara sesmarias nem conseguira ocupar um posto militar de maior destaque; fora a vida toda capitão da Companhia de Pardos e Libertos sem ter realizado grandes feitos ou “serviços” que pudesse usar como recurso e/ou estratégia para que conseguisse ascender ao topo da hierarquia. Entre seus maiores bens estavam 2 moradas de casas assobradadas cobertas de telhas com quintal cujo valor era de 290\$000 além de algumas dívidas ativas no valor de 124\$400, possuindo ainda 3 cavalos e algumas roupas que achou por bem listar por terem algum valor. Não possuía escravos. Quando foi feito seu inventário seu monte-mor era de 599\$203 ou 142,310 libras²⁷.

Antônio Ramos dos Reis é o oficial com o maior patrimônio que localizamos cujo monte-mor, de acordo com seu testamento, somava 78:400\$000 ou 22.053,445 libras. Era casado e possuía 3 filhos; em seu testamento dizia ser natural do Porto e morador em Vila Rica. Este oficial foi um dos homens mais abastados das Minas Gerais, sendo descobridor de uma grandiosa lavra *localizada no morro chamado comumente de morro do Ramos onde tem serviço de talho aberto*

*e várias minas com muitas grades, tanques de recolher águas onde tem para cima de 100 escravos. Além disso, tinha também várias moradas de casas em Ouro Preto e no Rio de Janeiro, além de outra fazenda, também no Rio de Janeiro, com casa de vivenda e capela, hum curral de criação de gado vacuum com mais de 20 escravos, tendo também sesmaria no distrito de Iguaçu que cultiva há 14 anos por seus escravos que em sua estimação vale para cima de 60\$000 cruzados*²⁸. Possuía ainda inúmeras jóias e objetos de ouro e prata. Ocupara importantes postos militares ao longo de sua vida como o de mestre-de-campo e o de capitão-mor, além de desempenhar importantes funções administrativas como o de vereador e o de juiz de órfãos e ser cavaleiro professo da Ordem de Cristo²⁹.

Evidencia-se a partir destes dois exemplos que, mesmo em se tratando de um grupo com alguns traços comuns que os definiam enquanto tal, as possibilidades de acumulação para estes indivíduos na sociedade em que se inseriam eram bem díspares. Compunham este grupo os “melhores da terra”, e também indivíduos dos “estratos inferiores”, que se viam assim promovidos socialmente à escala local a partir da posse de uma patente. Portanto se nesta sociedade os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”, convém lembrar que haviam enormes diferenças entre as “qualidades” dos membros deste grupo. Muitos elementos, além da riqueza, influíam na diferenciação e hierarquização desta “qualidade” tais como o exercício de cargos públicos e do poder concelhio, o fato de serem *conquistadores*, a posse de títulos; elementos utilizados como estratégias e/ou recursos por estes indivíduos para ascender socialmente. Assim, se entendemos que o indivíduo é aqui pensado de forma relacional, ele é por isso possuidor de um *status* ligado a uma ordem social diferente dos demais indivíduos devido às redes de interações que ele estabelece. Isso nos leva a perceber uma cultura desigualmente distribuída, gerando transações onde cada parte, com estratégias e recursos diferenciados, busca maximizar seus ganhos³⁰.

Comparando nossos números com os de Carla Almeida que, intentando observar os meandros da riqueza e pobreza nas Minas setecentista, também elaborou uma hierarquia de fortunas a partir de uma parcela de inventários *post-mortem* agrupados na Casa Setecentista de Mariana e no Arquivo da Casa do Pilar em Ouro Preto para o período de 1750-1822, conseguimos visualizar melhor qual o *locus* ocupado pelos oficiais de Ordenanças na hierarquia socioeconômica dessa sociedade. Vejamos:

Tabela 3
Distribuição da riqueza entre os inventariados da comarca de Vila Rica por faixa e período – 1750-1822

Faixas de fortuna em libras	CVR			
	1750-1799		1780-1822	
	A	B	A	B
0-200	21	2.157,635	125	11.609,197
%	31,3	3,5	48,1	6,7
201-500	13	4.096,045	67	20.586,915
%	19,4	6,6	25,8	11,9
501-1000	17	12.735,483	30	20.300,288
%	25,4	20,5	11,5	11,8
1001-2000	10	14.897,921	23	32.346,762
%	14,9	24,0	8,9	18,7
2001-5000	4	14.358,543	10	31.157,663
%	6,0	23,1	3,8	18,0
+ 5000	2	13.836,926	5	56.957,347
%	3,0	22,3	1,9	32,9
Total	67	62.082,556	260	172.958,172

Fonte: Inventários *post-mortem* da CSM e CPOP. A: Nº e % dos inventários da faixa; B: Valor dos inventários da faixa. Apud: ALMEIDA, Carla Maria C. de. *Homens ricos, homens bons...* op. cit., p. 191.

Pelos dados expostos percebemos que a referida autora se deparou com um quadro de grande percentual de pequenos proprietários entre os habitantes inventariados de Vila Rica de uma forma geral, com um número significativo de médios e diminuta parcela de grandes proprietários. Já entre a parcela de oficiais por nós analisada encontramos um quadro um pouco diferente: entre estes era baixa a incidência de pequenos proprietários. Como visto anteriormente, a maioria se encaixava entre o que denominamos de médios proprietários, havendo também um número razoável de grandes proprietários dentro de nossa hierarquia de fortuna. Desse modo, pode-se dizer que a parcela de oficiais enfocada ocupava lugar de destaque no seio da hierarquia socioeconômica desta sociedade, sendo homens possuidores de considerável fortuna em comparação com o restante da população inventariada, onde alguns destes indivíduos se encontravam entre a

parcela do grupo dominante dessa hierarquia, o que, como visto, não anula o fato de haver uma grande polaridade econômica entre eles.

Caracterizando a sociedade mineira como marcada pela fluidez e instabilidade, com forte tendência do ouro a se concentrar nas mãos de poucos, Marco Antônio Silveira traça um perfil dos grupos dominantes com as seguintes características: “branco, tinha título, dirigia negócio, dedicava-se a algum cargo público e, por vezes, dispunha de terras e minas”³¹. Definir a composição dos grupos dominantes numa sociedade de Antigo Regime passa pela percepção de que a esfera política se constituiu em espaço privilegiado de controle e instrumento de coerção de sobretrabalho³². O topo da hierarquia em Minas Gerais era, portanto, ocupado por aqueles que conseguiam articular-se entre os detentores de grandes cabedais e do poder político, não por acaso Antônio Ramos dos Reis era o homem mais abastado dentro da parcela de oficiais enfocada.

Portanto, apenas o enriquecimento não garantia a ascensão social, que dependia de outras relações que não as econômicas. Nesta perspectiva é que se entende a busca de títulos, cargos, entre outras possibilidades, por parte dos oficiais para ampliar suas riquezas. Tais investimentos lhes proporcionariam privilégios nas relações com o aparelho jurídico-burocrático e emolumentos que engordavam suas fortunas. No entanto, pela análise dos percursos destes indivíduos observamos que nem todos alcançaram um grau elevado de ascensão. Entre aqueles bem sucedidos observa-se que se utilizaram de todos os mecanismos possíveis para manter-se enquanto autoridade sendo a fortuna um meio de alcançar e manter sua “qualidade”.

Mas a que tipo de atividade se atrelavam estes oficiais? Para responder a esta questão montamos a tabela seguinte a partir das informações contidas nos inventários *post-mortem* e numa lista elaborada pelo provedor da fazenda Domingos Pinheiro em 1756 com o nome dos “mais ricos moradores” das Minas Gerais que estivessem mais capacitados a contribuir para a reconstrução de Lisboa destruída pelo terremoto de 1755. Os nomes vinham separados por comarcas e trazia indicado o local de residência e a ocupação de cada um deles³³.

Tabela 4
Atividades econômicas as quais os Oficiais de Ordenanças se atrelavam

Tipo de Atividade	CVR	
	Nº	%
Mineração	23	57,5
Negócio	7	17,5
Roceiro	6	15
Contratador	2	5
Escrivão	1	2,5
S/identificação	1	2,5
Total	40	100

Obs.: Foram eliminados desta tabela os inventários para os quais só foi possível considerar o monte-mor, sendo analisados ao todo 20 inventários.

Fonte: Lista dos homens mais abastados da capitania feita pelo provedor da fazenda Domingos Pinheiro. AHU/MG/cx: 70; doc: 41 e Inventários *post-mortem* da CSM e CPOP.

Entre a parcela de oficiais aqui analisada, a mineração era a atividade econômica principal a que eles se atrelavam. Levando-se em conta que a lista utilizada para verificação deste dado foi feita em um período de auge minerador e que tal atividade foi a “razão de ser” da comarca em perspectiva não surpreende que assim o fosse. Porém, ao analisarmos juntamente com tal lista, os inventários *post-mortem* destes oficiais, que nos informam o momento final de suas vidas, constatamos que com a crise do ouro muitos destes homens procuraram diversificar suas atividades econômicas, se dedicando também a outras atividades que ao longo do século XVIII foram dando maiores oportunidades de enriquecimento e, desta forma, conseguiram se manter economicamente dinâmicos. Sabe-se que a constituição das Minas Gerais se deu no lastro da mineração. Contudo ao longo do século XVIII, com a crise do ouro, houve um rearranjo interno na atividade econômica principal, passando as atividades agropecuárias a desempenhar o papel de eixo central da economia, o que fomentou o dinamismo interno da capitania³⁴. Nesta esteira, entre as estratégias traçadas por estes oficiais para superarem a crise da produção aurífera na capitania ao longo do setecentos está a diversificação das atividades produtivas em suas propriedades, um meio eficaz de reduzir a dependência do mercado e assim garantir a reprodução da fazenda na medida em que aumentava os

rendimentos da mesma³⁵. A forma mais comum de tal diversificação era conjugar em suas propriedades a mineração com a agropecuária. Por exemplo, o capitão João Rodrigues do Santos se declarava na lista de 1756 como minerador. Quando, porém, analisamos seu inventário constatamos que este oficial foi ao longo do tempo se dedicando também à agropecuária, passando a exercer as duas atividades, o que parece ter contribuído para o dinamismo de sua propriedade e, conseqüentemente, para o incremento de seu patrimônio, pois, ao final de sua vida, possuía um monte-mor no valor de 11:965\$265³⁶. Assim, conjugar a extração mineral com a agropecuária parecia ser a opção econômica mais viável para aqueles que tinham possibilidade de acesso à terra e a escravos na Comarca de Vila Rica.

Outra atividade a que esta parcela de oficiais podia se dedicar e obter enriquecimento era o negócio, não por acaso ela aparece em segundo lugar entre as ocupações ainda em 1756. A arte de negociar parece ter sido muito lucrativa, pois muitos dos oficiais enfocados que em 1756 se declararam mineiros, foram, ao longo do tempo, redirecionando investimentos para a atividade mercantil (através, por exemplo, de sociedades e da comercialização de víveres), outro tipo de estratégia utilizada para conseguir maximizar ganhos. A presença de tropas e outros instrumentos denotam que eventualmente comercializavam sua produção em pequenos ranchos e vendas, além disso, alguns possuíam sociedades em vários negócios, bem como emprestavam dinheiro a juros. O desempenho destas atividades comerciais era um meio de se obter uma fonte adicional de ganho. Uma maneira recorrente entre os oficiais por nós analisados de realizarem estas atividades mercantis era o envolvimento em sociedades onde se financiava mercadores para irem ao porto do Rio de Janeiro buscar mercadorias para revendê-las em Minas. Adiantava-se aos negociantes dinheiro para comprarem as mercadorias recebendo-se parte do lucro, ou juros, após a venda das mesmas, tornando-se sócios na empreitada. Este era o caso do capitão-mor José da Silva Pontes que estabeleceu sociedade com o capitão João Antônio dos Santos em 1791 no comércio de escravos com o Rio de Janeiro entrando na mesma com a quantia de 2:000\$000 *com interesse nos lucros que houvessem nos escravos ou outro qualquer negócio que pudesse dar utilidade cabendo ao outro sócio João Antônio dos Santos 3 partes do lucro cobrado pelo seu trabalho de ir ao Rio de Janeiro comprar, vender e cobrar o risco*³⁷.

A ocupação de roceiro também obteve destaque. Levando-se em conta que as atividades agropastoris e a pecuária foram ao longo do século XVIII aumentando cada vez mais seu dinamismo, não surpreende que aqueles que já em 1756 se dedicavam a elas continuassem revertendo seus investimentos para tal setor. Por exemplo, O capitão Francisco Ma-

chado Magalhães se declarou roceiro na lista do provedor da fazenda e, como pode ser visualizado por seu inventário, continuou se dedicando a tal atividade até o final de sua vida, setor que lhe rendeu significativo cabedal sendo a soma de seu monte-mor contabilizada em 15:266\$269³⁸.

Dentro do quadro esboçado, pode-se dizer que ao menos a parcela de oficiais que foi por nós aqui analisada era composta de homens de significativo cabedal econômico, cujo envolvimento em atividades “pouco valorativas” como o comércio e atividade prestamista não eram vistas como diminuidoras de seu *status*, ao contrário, eram inclusive incentivadas na medida em que serviam para manter tal *status*. Assim, se a “qualidade” destes oficiais era proveniente da política, era sustentada pelo cabedal econômico que muitas vezes era incrementado por meio desta “qualidade primeira”³⁹, isto é, o aproveitamento da condição política para realizar acumulações materiais, ou seja, a relação entre as esferas política e econômica ia gerando um círculo virtuoso – uma agindo sobre a outra constantemente.

A recente historiografia que trata do Antigo Regime destaca a política como um importante instrumento definidor dos grupos dominantes coloniais tanto no que diz respeito ao controle, isto é, ao instrumento de coerção, quanto no sentido de proporcionar através do controle de cargos e funções públicas (ofícios e contratos) acumulação de capital⁴⁰.

As relações econômicas possuíam uma forte mediação de caráter político, em especial aspectos respaldados na tradição justificadores e ordenadores de uma sociedade de forte hierarquização. A reprodução das relações sociais se fazia no campo ideológico pela concepção de uma unidade entre relações econômicas, sociais e políticas⁴¹. Tanto que, como bem destacou João Fragoso, na colônia imperava um mercado imperfeito, isto é, um mercado em que as relações de mercados eram mediadas pela política, retirando do mesmo a capacidade de se auto-regular. Nas palavras do autor:

“(...) um mercado não totalmente regulado pela oferta e procura, e onde a ação dos agentes não dependia apenas dos seus recursos econômicos. (...) Nestes casos e em outros, portanto, nota-se a constituição de mecanismos de acumulação que, mesmo realizados no mercado, são mediados pela política. (...) Um fidalgo tinha mais chances de receber o posto de capitão de Malaca, por exemplo, do que um antigo soldado oriundo do braço popular. (...) Enfim, tal fenômeno retirava do mercado parte de sua capacidade de se auto-regular, já que esta regulação em parte era feita por relações sociais estranhas à economia mercantil, mas compatíveis com a economia política do Antigo Regime português”⁴².

Seguindo este raciocínio pode-se dizer que a política era caminho privilegiado de busca do enriquecimento. Neste sentido, os oficiais de Ordenanças atuavam como *braços* da Coroa, utilizando-se tanto o seu controle/monopólio sobre os fatores de produção, como o controle da mão de obra escrava, quanto do seu poder político-militar na consolidação de suas posições sociais. Os oficiais se constituíam em parceiros do empreendimento colonial na área da mineração, aumentando sua riqueza e seu poder, vinculavam-se como colaboradores, e não como adversários, à Coroa que lhes concedia monopólios e privilégios. As concessões da Coroa poderiam ser o resultado de necessidades e imperativos, sem os quais os interesses metropolitanos não teriam como se afirmar⁴³.

Considerações finais

Em suma, os oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças da comarca de Vila Rica nos idos do século XVIII não eram um grupo homogêneo e uniforme e, conseqüentemente, perfeitamente configurado. Os exemplos citados e os dados quantificados revelam que este grupo não se encaixava em um estrato específico visto que ofereciam níveis diferenciados de estratificação, existindo assim diferenças de *status* e de nível econômico entre o grupo que ocupou a estrutura militar no Setecentos mineiro.

Vimos que os investimentos em terras e escravos, em objetos que exteriorizassem luxo e ostentação, o envolvimento em redes de crédito, foram recorrentes entre a parcela de oficiais aqui analisada, pois tais elementos eram socialmente reconhecidos como um recurso legitimador do poder deste oficialato, visto que a sociedade mineira, mesmo com a possibilidade de enriquecimento trazida pelo ouro, era uma sociedade assentada na nobiliarquia, no reconhecimento social, no prestígio exteriorizado. Assim sendo, para além das diferenças que resultavam da administração de um maior ou menor número de cabedais e do usufruto de rendas mais ou menos elevadas, devemos equacionar aqui o papel da política. O exercício de cargos administrativos, o poder concelhio, os hábitos das ordens militares, e outras benesses distribuídas pela Coroa funcionaram igualmente como um fator de diferenciação no seio deste oficialato.

Nesta perspectiva, definir a composição dos grupos dominantes numa sociedade de Antigo Regime passa pela percepção de que a esfera política se constituiu em espaço privilegiado de controle e instrumento de coerção de sobretrabalho. O topo da hierarquia em Minas Gerais era, portanto, ocupado por aqueles que conseguiam articular-se entre os detentores de grandes cabedais e do poder político.

Notas

¹Ana Paula Pereira Costa. Mestranda em História Social pela UFRJ – Bolsista Faperj

²FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”.

In: **Topó: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002, p. 43.

³A partir de análises que, sem desconsiderar os fatores externos da sociedade colonial, se propunham a privilegiar os fatores internos de seu funcionamento novos questionamentos acerca do mundo colonial passaram a ser feitos, refletindo na historiografia mineira. Desta forma, um debate acerca do mercado interno na região das Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX e sua importância para a estruturação da capitania no pós-auge minerador vem ganhando proporções amplas. No primeiro caso destacam-se os nomes de GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985, FRAGOSO, João. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. Dissertação de Mestrado. Para o caso de Minas Gerais destacam-se: MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais do século XIX”. *Cadernos IFCH-UNICAMP*, n.º. 17, 1985, LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. Minas Gerais do século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988, LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: símbolo, 1979. MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte, CEDEPLAR, UFMG, 1980. Para maiores detalhamentos sobre esta questão ver: ALMEIDA, Carla. “Minas Gerais pós-auge minerador: uma trajetória historiográfica”. In: *Registro*. Ano 2, n. 4, set. 1995/fev. 1996. P. 11-14.

⁴SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p. 24-25.

⁵SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p. 89.

⁶SOUZA, Laura. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.p. 111.

⁷FRAGOSO, João. “Afogando em nomes...” op. cit., p. 43-44.

⁸Idem, p.45-46.

⁹Cabe sublinhar que estaremos trabalhando com o total de 50 nomes de oficiais de alta patente no presente texto, dentre estes conseguimos encontrar inventários *post-mortem* e testamento para 22 dos nomes listados.

¹⁰FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. *Microstoria: escalas, indícios e singularidades*. Campinas: UNICAMP, 1999. Tese de Doutorado. p. 258.

¹¹Valor é o que governa o curso dos eventos, ele é identificado por escolhas que se repetem, que adquirem regularidade. Em outras palavras valores são o que as pessoas pensam e como agem sobre certo fim. São julgamentos. Neste sentido ver: BARTH, Fredrik, *Process and form in social life*, vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

¹²ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado. p. 173-189.

¹³Tal delimitação temporal foi escolhida com base no trabalho de Carla Almeida, o qual estamos utilizando como parâmetro comparativo. Segundo a referida autora tal periodização inclui duas distintas fases da economia mineira: a primeira fase (1750-1779) pode ser caracterizada como um período de auge minerador e a segunda fase (1780-1822) é entendida como o momento em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e a agropecuária passou ser o eixo central da economia. Ver: ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons...* op. cit., p. 6-7.

¹⁴Neste sentido ver: FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras: Uma história do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX)*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. Ver Também: FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo*

como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁵A exemplo ver: COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, Francisco Vidal. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: Fipe-Pioneira, 1982, p. 40. Dos 3.400 senhores de escravos arrolados, 26 tinham mais de 40 cativos, 06, mais de 60 cativos e 01 mais de 100 cativos (126). Apud: ARAÚJO, Luís Antônio S. **Contratos e tributos nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Sousa Lisboa (1745-1765)**. Niterói: UFF, 2002. Dissertação de Mestrado. p. 29.

¹⁶ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p.182.

¹⁷CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de José da Silva Pontes. Códice 156, auto 3264 (1800).

¹⁸SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)”. In: BICALHO, M., GOUVÊA, M & FRAGOSO, J (orgs.). **O Antigo Regime nos Tópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p. 105.

¹⁹GOUVÊA, Maria de F; FRAZÃO, Gabriel & SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português”. In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004, p. 99.

²⁰FRAGOSO, J. & FLORENTINO, M. **O arcaísmo como projeto...** op. cit. p. 205.

²¹CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de João Favacho Roubão. Códice 49, auto 1119 (1784).

²²ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p.188.

²³SOUSA, Laura M. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p.27. Apud.

ALMEIDA, Carla. **Homens ricos...** op. cit., p.188.

²⁴AHU/MG/cx: 76; doc: 30.

²⁵CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Tomé Soares de Brito. Códice 122, auto 2542, (1804).

²⁶ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit. p. 193-195.

²⁷CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de Antônio da Costa Guimarães. Códice 44, auto 1012, (1816).

²⁸CPOP, 1º ofício – Testamento de Antônio Ramos dos Reis. Códice 460, auto 9753, (1761).

²⁹AHU/MG/cx: 39; doc: 67. Ver também; AHU/MG/cx: 31; doc: 1.

³⁰BARTH, Fredrik. “Models of social organization 1: Introduction. The analytical importance of transaction”. In: **Process and form in social life**. op. cit., p.32-47.

³¹SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto** op. cit., p. 100.

³²ARAÚJO, Luís Antônio S. **Contratos e tributos nas Minas setecentistas...** op. cit., p. 31.

³³A localização da referida lista é a seguinte: AHU/MG/ cx: 70; doc: 41. Apud, ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., p. 230. Cruzando a referida lista com os inventários foi possível coletar informações acerca das atividades econômicas para 40 do total de 50 oficiais que estamos investigando.

³⁴Ver ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons...** op. cit., cap. 2.

³⁵A exemplo do que viu ALMEIDA, C. op. cit., p. 219.

³⁶CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de João Rodrigues dos Santos. Códice 80, auto 1795 (1773).

³⁷CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de José da Silva Pontes. Códice 156, auto 3264, (1800).

³⁸CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de Francisco Machado Magalhães. Códice 90, auto 1878, (1799).

³⁹FRAGOSO, João. "Afogando em nomes..." op. cit., p.45.

⁴⁰ARAÚJO, Luís Antônio S. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas...* op. cit., p. 30.

⁴¹Idem, p. 49.

⁴²FRAGOSO, J. L. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topói: Revista de História*. Rio de Janeiro, nº 1, 2000, p. 45-122.

⁴³ARAÚJO, Luís Antônio S. *Contratos e tributos nas Minas setecentistas...* op. cit., p. 50.

Fontes Documentais

* Arquivo da Casa Setecentista de Mariana

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João Favacho Roubão. Códice 49, auto 1119, (1784).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Tomé Soares de Brito. Códice 122, auto 2542, (1804).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Antônio da Costa Guimarães. Códice 44, auto 1012, (1816).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João Rodrigues dos Santos. Códice 80, auto 1795, (1773).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de José da Silva Pontes. Códice 156, auto 3264, (1800).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Manuel Rodrigues Passos. Códice 45, auto 1042, (1744).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira dos Santos. Códice 97, auto 2024, (1791).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Luis José Ferreira da Gouveia. Códice 72, auto 1577, (1758).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Francisco da Fonseca Ferreira. Códice 129, auto 2703, (1801).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João de São Boaventura Vieira. Códice 13, auto 429, (1757).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João Antônio Rodrigues. Códice 133, auto 2774, (1732).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de André Correia Lima. Códice 86, auto 1821, (1770).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Antônio da Silva Herdeiro. Códice 25, auto 654, (1802).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Baltazar Martins Chaves. Códice 34, auto 2806, (1761).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Domingos Gonçalves Torres. Códice 33, auto 786, (1762).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Francisco Pereira Lobo. Códice 88, auto 1856, (1774).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de Gregório de Matos Lobo. Códice 140, auto 2911, (1785).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João da Costa Azevedo. Códice 92, auto 1927, (1792).

CSM, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João da Silva Tavares. Códice 16, auto 463, (1835).

CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de António Ferreira da Rocha. Códice 68, auto 1496, (1787),

CSM, 2º ofício – Inventário *post-mortem* de José de Araújo Correia. Códice 45, auto 1016, (1760).

* Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência/ Casa do Pilar de Ouro Preto

CPOP, 1º ofício – Testamento de António Ramos dos Reis. Códice 460, auto 9753, (1761).

* Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate/ Documentação avulsas da capitania de Minas Gerais

AHU/MG/cx: 76; doc: 30. Requerimento de Tomé Soares de Brito, capitão da Ordenança de Pé do distrito do Gama, solicitando a mercê da sua confirmação no exercício do referido posto.

AHU/MG/cx: 39; doc: 67. Requerimento de António Ramos dos Reis, solicitando confirmação da patente de capitão-mor das Ordenanças de Vila Rica e seu termo.

AHU/MG/cx: 31; doc: 1. Requerimento de António Ramos dos Reis, mestre-de-campo dos Auxiliares de Vila Rica de Ouro Preto, pedindo licença para passar ao Reino, a fim de se curar.

AHU/MG/cx: 70; doc: 41. Carta de Domingos Pinheiro, provedor da fazenda de Minas, informando o secretário de Estado, António Amaro de Sousa Coutinho, sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros que vivem na capitania de Minas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)**. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado.

- ALMEIDA, Carla M. C. de. “Minas Gerais pós-auge minerador: uma trajetória historiográfica”. In: **Registro**. Ano 2, n. 4, set. 1995/fev. 1996.
- ARAÚJO, Luís António S. **Contratos e tributos nas Minas setecentistas: o estudo de um caso – João de Sousa Lisboa (1745-1765)**. Niterói: UFE, 2002. Dissertação de Mestrado.
- BARTH, Fredrik, **Process and form in social life**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981. vol. 1.
- COSTA, Iraci Del Nero & LUNA, Francisco Vidal. **Minas colonial: economia e sociedade**. São Paulo: Fipe-Pioneira, 1982.
- FILHO, Henrique Espada Rodrigues Lima. **Microstoria: escalas, indícios e singularidades**. Campinas: Unicamp, 1999. Tese de Doutorado.
- FLORENTINO, Manolo. **Em Costas Negras: Uma história do Tráfico Atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (sécs. XVIII e XIX)**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983. Dissertação de Mestrado.
- FRAGOSO, J. L. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, nº 1, 2000.
- FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, 2002.
- FRAGOSO, João & FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1985.
- GOUVÊA, Maria de F; FRAZÃO, Gabriel & SANTOS, Marília Nogueira dos. “Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português”. In: **Topói: Revista de História**. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 8, 2004.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação**. São Paulo: símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas. **Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais do século XIX**. São Paulo Brasiliense, 1988.
- MARTINS, Roberto B. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFGM, 1980.
- MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750)”. In: BICALHO, M., GOUVÊA, M & FRAGOSO, J (orgs.). **O Antigo Regime nos Tópicos: a dinâ-**

mica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SLENES, Robert. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais do século XIX”. **Cadernos IFCH-UNICAMP**, nº. 17, 1985.

SOUZA, Laura. **Desclassificados do ouro**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.